



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

6261 - Pôster - XIII Reunião Científica da ANPEd-Sul (2020)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 04 - Estado e Política Educacional

ORGANIZAÇÃO SINDICAL DOCENTE NO BRASIL E EM PORTUGAL: UM ESTUDO À LUZ DA CONJUNTURA POLÍTICA E DOS ESTATUTOS DA CNTE E FENPROF
Andrea Barbosa Gouveia - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ORGANIZAÇÃO SINDICAL DOCENTE NO BRASIL E EM PORTUGAL: UM ESTUDO À LUZ DA CONJUNTURA POLÍTICA E DOS ESTATUTOS DA CNTE E FENPROF

Problemática:

O presente trabalho visa pesquisar as principais alterações estatutárias da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE)/ Brasil e da Federação Nacional dos Professores (FENPROF)/ Portugal, de acordo com os contextos políticos desde a criação de cada entidade, a fim de verificar tendências significativas que interferem na organização sindical. Importante destacar que no momento de submissão para o evento essa pesquisa está em desenvolvimento.

Introdução:

O referido trabalho busca apresentar um comparativo sobre as diferentes conjunturas políticas no Brasil e em Portugal desde a criação de suas entidades sindicais representativas, em nível nacional, e as alterações estatutárias ocorridas concomitantemente a cada conjuntura da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE)/ Brasil e da FENPROF Federação Nacional dos Professores (FENPROF)/ Portugal.

É importante destacar que no Brasil as entidades representativas do magistério público apresentam apenas uma confederação de agrupamento das entidades sindicais sendo a CNTE.

Em Portugal existe a pluralidade de representação de entidades sindicais, e o mesmo também ocorre em nível nacional, tendo-se outras federações para além da FENPROF no agrupamento dos sindicatos.

Dessa forma, a opção por investigar CNTE e FENPROF, se justifica na participação de

ambas na organização da Internacional da Educação (IE) que objetiva a promoção da unidade entre todos os sindicatos do setor educacional no escopo do movimento sindical internacional do ramo de educação, portanto, é possível constatar uma aproximação de ordem política e de atuação das entidades.

IncurSIONAR nesse estudo permite verificar as semelhanças e diferenças tanto da organização sindical em contextos políticos diferenciados em cada um dos países e entidades mencionadas.

A temática sobre sindicalismo docente tem apresentado cada vez mais uma relação orgânica com a pesquisa, num contexto de hibridização entre de análise do campo da ação sindical, no campo da pesquisa, assim como, com a produção do próprio "saber sindical" resultante dos saberes produzidos pelas organizações sindicais. A ideia de produção de pesquisa e de saber a partir da prática sindical, revela uma "epistemologia comum do sindicalismo". (Robert, 2013).

Neste sentido, o objetivo central é pesquisar as principais alterações estatutárias na CNTE e FENPROF desde a criação das entidades considerando os contextos políticos vivenciados. Para isso se desdobra nos seguintes objetivos específicos:

- Apresentar os contextos políticos em diferentes momentos históricos desde a criação da CNTE e FENPROF, no Brasil e em Portugal, a partir de revisão de literatura e entrevistas;
- Analisar os estatutos das entidades e suas principais alterações conforme momento político histórico, a partir de análise documental, com criação de uma possível linha do tempo das alterações estatutárias;
- Elaborar um quadro comparativo da conjuntura política histórica e alteração estatutária para cada entidade.

Método:

Diante do que foi apresentado no objetivo deste trabalho a proposta é de realização de análise descritiva dos modelos das entidades sindicais de docentes nos dois países. Relatamos ainda, que do ponto de vista dos procedimentos de pesquisa e coleta de dados, utilizaremos, além de revisão de literatura, entrevistas e pesquisa documental.

No presente estudo realizamos revisão de literatura sobre o contexto político em Portugal, com ênfase na conjuntura educacional e do sindicalismo docente, a partir das obras de Stoleroff e Santos (2012). O contexto político brasileiro é analisado a partir das literaturas de Ferraz e Gouveia (2012) e Ferraz e Gindin (2014).

Ainda para elaboração teórica da conjuntura política de ambos os países serão utilizadas entrevistas com os dirigentes e ex-dirigentes da FENPROF e CNTE, além de análise documental das diferentes versões dos estatutos de cada entidade.

A análise documental adotará o modelo de organização e procedimentos indicados por Bardin (1977): pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados – inferência e interpretação.

Discussão de resultados:

O contexto de organização sindical português tem uma característica bastante difusa do modelo brasileiro de sindicalismo docente, de forma que o arranjo sindical dos professores portugueses, comparativamente ao caso brasileiro, não se organiza em torno da unicidade sindical, mas a partir da pluralidade de entidades.

De acordo com STOLEROFF e SANTOS (2012), algumas entidades portuguesas representam desde os professores/educadores de infância (docentes da educação infantil), ensino básico (ensino fundamental), ensino secundário (ensino médio) até os docentes do ensino superior, tanto do serviço público como da iniciativa privada.

Ainda assim, existem sindicatos que representam apenas os docentes do ensino superior, outros apenas os docentes do ensino básico, outros somente os professores de educação infantil e assim entre tantos outros.

A educação em Portugal apresenta um contexto da organização nacional, ou seja, a educação é organizada por um sistema de ensino nacional, a partir de diretrizes emanadas pelo governo central, neste sentido a carreira dos professores portugueses é regido por um estatuto único para educadores de infância (ensino pré-escolar), professores do ensino básico e ensino secundário.

A organização sindical dos docentes portugueses, como já dita anteriormente, é difusa, e há uma pluralidade de entidades representativas distribuídas em 4 federações sendo elas:

- FENPROF (Federação Nacional dos Professores);
- FNE (Federação Nacional dos Sindicatos da Educação);
- FEPECI (Federação Portuguesa dos Profissionais da Educação, Cultura e Investigação/Sindicato Nacional dos Profissionais da Educação);
- FENEI/SINDEP: Federação Nacional de Ensino e Investigação/Sindicato Nacional e Democrático dos Professores e outros sindicatos no bojo dos “Independentes”.

Cada uma das federações reúne uma extensa gama de sindicatos de professores. A FENPROF é a federação a qual os sindicatos somam o maior quantitativo de professores de Portugal, sendo que desses sindicatos o que possui maior número de sindicalizados é o SPGL (aproximadamente 20 mil professores).

O sindicalismo docente da educação básica no Brasil é organizado tomando como referência o regime federativo, ou seja, cada ente federado (estados e municípios) possui seus próprios quadros de serviço público, e aí se incluem o magistério público.

Desta maneira, podemos dizer que cada quadro do serviço público, municipal, estadual ou federal, possuem também suas próprias entidades representativas, que podem ser organizadas tomando como eixo de organização o agrupamento de todo o serviço público, ou seja, sindicato único, ou ainda podem estar organizados por ramos de atividade, neste caso o educacional, ou pela categorização profissional, como por exemplo: sindicato de professores, exceto os demais trabalhadores da educação.

Para Tavares e Gouveia (2012) o regime federativo, caso brasileiro, traz implicações no atendimento educacional, no contexto de colaboração entre os entes federados, e também sobre a carreira do servidor público, pois esses ficam definidos pelos entes federados.

Na prática isso significa que se tem distribuídos por todo território nacional brasileiro,

inúmeras formas de contratos e vínculos com os docentes do serviço público, que implicam em variadas jornadas de trabalho, regimes de contratação, salários, entre outros, e nesse sentido embora a União seja a definidora e indutora das principais políticas e normativas da educação nacional, teremos nos entes federados, diferentes desdobramentos da política pública educacional, nisso acrescenta-se as definições em torno do trabalho docente e seus estatutos, e também sobre a ação sindical docente.

Neste sentido, cada ente federado apresenta carreiras distintas entre si para o atendimento de seu quadro de docentes do serviço público, o que demanda ações sindicais diferenciadas sobre as reivindicações corporativas de suas categorias.

No Brasil, portanto, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) unifica as pautas dos diversos sindicatos do magistério público no Brasil, produzindo reivindicações no âmbito nacional que se desdobram no contexto local de cada entidade sindical.

Atualmente a CNTE tem 50 entidades filiadas e representa mais de 4 milhões de trabalhadores da educação na luta pela valorização dos trabalhadores em educação, especialmente na garantia de direitos e ampliação da cidadania, além disso atua na defesa e disputa da agenda política educacional frente ao governo nacional.

Diante disso a CNTE organiza em instância nacional as principais pautas corporativas da educação e dos trabalhadores da educação, essas que são desdobradas e organizadas nas pautas locais dos seus sindicatos filiados.

Conclusões:

De modo geral, podemos concluir inicialmente, que excetuando as especificidades locais, territoriais, tamanho da população, modelo político, e observando apenas os modelos sindicais no Brasil e Portugal e as respectivas carreiras docentes, pode se afirmar que em ambos os países o modelo sindical é bastante distinto.

Em Portugal predomina a pluralidade de sindicatos em uma mesma base de representação, bem como também há uma pluralidade de federações. No Brasil, sobretudo no serviço público, a organização sindical predominante ocorre obedecendo a representação dos servidores de acordo a partir de seus vínculos nos entes federados, isso ocorre especialmente por conta do pacto federativo, uma parte significativa dos sindicatos encontram-se filiados a apenas uma confederação nacional e algumas federações locais.

Se em Portugal há um sistema nacional de ensino, no Brasil cada ente federado possui, na maioria das vezes, seu próprio sistema de ensino. Nos dois casos, os sindicatos atuam por ramo de atividade, ou seja, os sindicatos organizam-se a partir dos profissionais da educação.

PALAVRAS-CHAVE: Sindicalismo docente Brasil. Sindicalismo Docente Portugal. CNTE. FENPROF.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal. Edições 70, LDA, 1977.

FERRAZ, M. A.; GINDIN J. Sindicalismo docente no governo Lula: desafios de protagonismo e fragmentação. In: OLIVEIRA, R. V.; BRIDI M. A.; FERRAZ, M. **O sindicalismo na era Lula: paradoxos, perspectivas e olhares**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014.

GOUVEIA A. B. e FERRAZ, M. A. Sindicalismo docente e política educacional: tensões e composições de interesses corporativos e qualidade da educação. **Educar em Revista**. Curitiba, n. 48, p. 111-129, abr/jun. 2013.

GOUVEIA, A. B.; TAVARES, T. M. O magistério no contexto federativo: planos de carreira e regime de colaboração. **Retratos da Escola/CNTE**. Brasília, v. 6, n. 10, jan./jun. 2012.

ROBERT, A. Os sindicatos de professores e a pesquisa em educação. Sobre alguns deslizos epistemológicos; In: GINDIN, J.; FERREIRA, M. O. V.; DAL ROSSO, S.; **Associativismo e sindicalismo em educação: teoria, história e movimentos**. Brasília: Paralelo 15, 2013.

STOLEROFF, A.; SANTOS, P.; **Fragmentos de visas profissionais de professores: vivências e reacções às recentes reformas educativas**; Atas do VII Congresso Português de Sociologia: Sociedade, Crise e Reconfigurações, APS, 2012.